

A Graduação e a Pós-Graduação: Lugares de quem?

Juliana Cristina Teixeira (UFSJ/UFMG) - julianacteixeira@yahoo.com.br

Resumo:

Por meio do relato de algumas experiências pessoais no lugar da pós-graduação e graduação, baseando-se uma história de vida vivida, o objetivo deste estudo de caso é problematizar algumas questões relacionadas à concepção de lugar como algo que transcende o aspecto físico, sendo socialmente constituído relativamente a aspectos simbólicos e hierárquicos. Para tanto, os relatos das experiências de uma aluna de pós-graduação em Administração serão utilizados no que se refere especificamente ao espaço acadêmico. Ainda, outro objetivo com estes relatos é estimular a reflexão acerca do lugar da graduação e da pós-graduação como estando, em alguns aspectos, restrito apenas às necessidades de determinado perfil de aluno, desconsiderando as especificidades de alunos de baixa renda. Este caso foi desenvolvido para ser utilizado em cursos de graduação e pós-graduação. Pode ser empregado preferencialmente em disciplinas gerais do curso de Administração e também em disciplinas relacionadas à gestão pública e gestão educacional. Mas sugere-se também sua aplicação em outros cursos, já que se trata de aspectos comuns a vários lugares da graduação e pós-graduação.

Palavras-chave: lugares; graduação; pós-graduação; simbolismo, Administração

Área temática: GT-02 O Lugar do Espaço nos Estudos Organizacionais: Espacialidades, Materialidades, Territorialidades

1. Introdução

Minha colega de seminário me perguntou se eu não iria almoçar. Respondi que já tinha almoçado. Mentira, não tinha era dinheiro para almoçar. Era um dia de preparação para a apresentação de um seminário. Saí cedo de casa para encontrar com minha parceira de trabalho e, não tendo dinheiro para lanche na faculdade, comi o pouco que tinha em minha casa. Mas só voltaria por volta de 18hs. Assim, todo o tempo que estivesse lá, ficaria sem comer, estando, ainda, comendo mal em casa. Neste mesmo dia, tive constrangimentos por não ter dinheiro para imprimir os roteiros que precisava disponibilizar para os alunos no seminário ao ter que pedir para pagar depois diante de reclamações da atendente da copiadora.

Sou mulher, negra e, atualmente, meu lugar de estudo é a faculdade de Administração de uma universidade federal no estado de MG (Minas Gerais), na qual sou integrante de um programa de pós-graduação *Stricto Sensu* como doutoranda. Fiz meu Mestrado e também a graduação em outras duas universidades federais. A graduação, em minha cidade natal, e o mestrado em outra cidade.

Por meio do relato de algumas experiências pessoais no lugar da pós-graduação e graduação, baseando-se uma história de vida vivida, o objetivo deste estudo de caso é problematizar algumas questões relacionadas à concepção de lugar como algo que transcende o aspecto físico, sendo socialmente constituído relativamente a aspectos simbólicos e hierárquicos. Para tanto, os relatos das experiências de uma aluna de pós-graduação em Administração produzidos no ano de 2011 serão utilizados no que se refere especificamente ao espaço acadêmico. Ainda, outro objetivo com estes relatos é estimular a reflexão acerca do lugar da graduação e da pós-graduação como estando, em alguns aspectos, restrito apenas às necessidades de determinado perfil de aluno, desconsiderando as especificidades de alunos de baixa renda. Dessa forma, acredita-se na construção simbólica de um espaço de forma a não produzir um senso de pertencimento para alunos cujos perfis não correspondem aos perfis mais hegemônicos.

2. Breve história

Tenho vinte e seis anos e, como escrito anteriormente, sou doutoranda, mestre e graduada em Administração por universidades federais. Todas as etapas se seguiram sem intervalos, desde o término do Ensino Médio. Nasci em uma família pobre, sou filha única de mãe solteira (no modo como essa expressão é mais comumente utilizada, designando não apenas quem não seja casada, mas quem tenha criado os filhos sozinha). Não conheci meu pai, algo infelizmente comum em uma sociedade de relações desiguais entre os sexos. Empregada doméstica foi a única profissão de minha mãe, que estudou até a antiga quarta série do Ensino Fundamental. Trabalhou por mais de vinte anos para uma mesma família, com a qual tive contatos constantes. Acredito, hoje, que tal proximidade tenha me inserido em outras perspectivas de vida, além da minha já presente e constante vontade de ‘subir na vida’ por meio dos estudos. Embora relações mais próximas tenham sido desenvolvidas neste período com a família que empregava minha mãe, o misto de afeto e desigualdade bastante característico das relações de trabalho doméstico se mantinha. Ver aquela situação sempre me instigou a ter possibilidades de dar-lhe uma vida melhor. Como eu tinha um dom para os estudos, essa era a oportunidade a qual eu me agarrava. Minha mãe não queria para mim a vida que levava. Desde criança, sempre gostei muito de estudar. Além de gostar, havia também a necessidade de fazê-lo já que, como dizia minha mãe: ‘o estudo ninguém te tira’.

Em minha família, composta por meus tios e primos, a perspectiva de bom futuro sempre foi ser policial, para os homens, ou técnica de enfermagem, para as mulheres. Como

nem todas as mulheres tinham a vontade de trabalhar na área de saúde, a profissão de policial também chega a ser cogitada. A mim tais aspirações nunca chamaram a atenção. Eu sabia que queria algo mais, só não sabia o quê. Ainda, embora tais aspirações ocorram em minha família, só foi obtida por três tios, entre um total de doze.

Minha mãe faleceu quando eu tinha dezesseis anos. Neste momento, minha caminhada, já difícil, tornou-se ainda mais árdua. Além da falta afetiva que ela me faz, o que se mantém muito forte ainda hoje, minhas condições financeiras pioraram. Comecei a receber pensão de um salário da previdência social, mas tinha muitas necessidades não supridas. Fui várias vezes a aula, ainda no Ensino Médio, sem tomar café, algo que era impensável para a minha mãe, custe o que custasse a ela. Em minha casa, a perda de uma pensão que recebíamos do meu avô, cuja titularidade era da minha mãe, mas que era destinada a cobrir as despesas de toda a família, foi de grande impacto. Às vezes, faltava gás de cozinha e comida. Cozinhar macarrão com fogo mantido por álcool passou a ser comum em algumas ocasiões. O individualismo, ao invés da união, imperou neste momento. A comida (almoço) era para todos, mas todo o resto era individualizado.

Segui meus estudos no Ensino Médio, e depois ingressando na graduação em Administração, no curso ofertado pela instituição da minha própria cidade-natal, uma cidade do interior de MG. Aos vinte e um anos, perdi a pensão de um salário e iniciei logo em seguida um estágio em uma multinacional, na qual permaneci cerca de três meses apenas. Foi uma experiência horrível. Trabalhava em uma unidade mineradora há 110 km da minha cidade. Pegava uma estrada de terra, cheia de buracos, saía cerca de cinco horas da manhã de casa e só voltava às 18:30hs, indo direto para a faculdade. O ambiente era hostil, além de quase exclusivamente masculino, o que gerava muitos constrangimentos. Quando decidi sair, coincidentemente, fui chamada para um concurso que passei como auxiliar administrativo em uma empresa estatal. Lá, trabalhei por dois anos, simultaneamente à graduação. Trabalhava como uma louca, nada próximo ao que dizem por aí do funcionário público. Além de exercer as funções de auxiliar administrativo, acabava sendo também uma secretária, pois todas as funções administrativas burocráticas ficavam por minha conta, enquanto a unidade crescia em número de funcionários técnicos. Não queria ficar lá. Minhas habilidades sempre foram para estudar, escrever e ensinar. Desde nova, montava aulas para meus colegas de turma, principalmente em períodos de greve escolares. Tentei o Mestrado e fui aprovada. No mesmo período em que o resultado saiu, fui chamada para a vaga de técnico administrativo da universidade federal em que estudava. Era um ou outro, não havia tempo para decidir ou possibilidade de conciliar. Decidi pelo Mestrado. Embora para meus padrões de vida e na percepção de minha família, aquilo era uma chance de 'ouro', eu iria continuar na mesma, exercendo funções administrativas das quais já estava cansada. Eu sabia que podia mais. Ouvi coisas do tipo 'depois você faz o Mestrado' até 'você vai se arrepender' (esta última fala, ouvi no primeiro dia da aula do Mestrado de uma das alunas também ingressante). Não me arrependi. Teria hoje mais estabilidade, mas não estaria satisfeita e estaria dentro dos limites da caixinha socialmente destinada a mim, e dentro da ótica estrita do meu seio familiar. Sempre soube que podia mais. Hoje, sou doutoranda em Administração, o que nem mesmo minha família entende bem o que é. Ser doutoranda lá na rua da minha casa não tem significado algum, não se sabe o que se faz. Estou apenas estudando, que valor há nisso se não se tem o dinheiro agora? Se não chego lá de carro? Mas não vou me delongar mais com minha história de modo geral, quero contar experiências que tive e que tenho no espaço da pós-graduação, experiências estas que silencieei durante muito tempo e que não são comumente discutidas ou expostas neste ambiente. Mas cansei de mentir que não quero almoçar, que já almocei, ou que não li algum texto simplesmente porque não li.

2.1. Algumas experiências no Mestrado e no Doutorado

Ingressei no Mestrado a ser cursado em outra cidade do interior do meu estado em 2009. Fui para o início das aulas obrigatórias de nivelamento sem saber se iria ficar mesmo no curso. Já estava há um mês sem trabalhar porque tive que tomar posse no cargo que passei em concurso, e pedi 15 dias para começar, pois ainda não sabia se teria ou não bolsa no Mestrado. Se não tivesse, não poderia fazê-lo. Mas logo no primeiro dia de aula, descobri que teria. Oficialmente, desisti do cargo na universidade.

Estava sem dinheiro e eram duas semanas de aula antes do começo oficial. Na primeira semana, fiquei sozinha em um apartamento de uma amiga que estava prestes a ser desocupado. No fim da semana, voltei para minha cidade pedindo carona na estrada. Meu namorado foi à cidade na qual eu iria cursar o Mestrado também de carona só para retornar comigo. Na segunda semana, meu namorado novamente foi à cidade só para que pudéssemos pedir carona, e voltou sozinho para minha cidade da mesma forma. Não podendo mais ficar no apartamento, fiquei em um hotel mais barato. Quando lá cheguei, não tinha nem dez reais. Ainda não tinha o dinheiro para pagar as diárias e também não tinha dinheiro para comer. No hotel, a única coisa que se vendia era Coca-Cola. Pedi algumas garrafas do refrigerante e era somente o que tinha para beber. À noite, fingia que ia fazer chá na cozinha do hotel, e pegava uns dois pedaços de um bolo que ali ficava. Ao término da semana, tive que deixar minhas coisas lá no último dia porque ainda não tinha o dinheiro. Mas, logo em seguida, meu namorado arrumou para mim.

Quando começaram oficialmente as aulas, fiquei na casa de um parente distante, esperando que meu namorado conseguisse levar minha mudança para a nova cidade. Tinha conseguido com muito sufoco alugar um apartamento e ele foi morar comigo. Lá ficamos por dois anos. Quando cheguei no Mestrado e, principalmente na cidade em si, percebi o quanto não ter carro estudando naquela universidade era menos comum do que na universidade em que me graduei. Principalmente, na pós-graduação. Assim, tive que fazer bastante uso dos pontos de carona no campus, algumas vezes em situações complicadas. Nem sempre se conseguia carona rápido e a fome apertava. Além disso, algumas filas eram grandes. O ponto positivo é que há na cidade uma cultura de dar carona para os alunos da faculdade, o que acho importante. Passei então a ter que lidar com situações de carona, tanto dentro da cidade, quanto para ir para minha cidade natal, algo com que não estava acostumada.

As dificuldades no curso foram muitas. Para coisas simples, como tirar cópia dos textos e imprimir os trabalhos e resenhas que precisava entregar. Para a aula de Teoria das Organizações, a mais importante, ler os textos era um sufoco algumas vezes. Quando não tinha dinheiro para copiar os textos, tinha que pedi-los emprestados de alguém e digitalizar folha por folha para que só então eu pudesse começar a ler. No ritmo intenso do Mestrado, esses fatores eram bastante dificultadores. Quando digitalizava os textos, para grifar as partes que eu queria, lia as páginas no *Paint*, grifando e depois salvando página por página. Era muito trabalhoso. Nesse processo todo, quase sempre não dormia quando tinha que entregar trabalhos semanais sobre os mesmos. Terminando, ainda não sabia como iria fazer para imprimi-los, já que era exigida sua entrega no começo da aula. E as estratégias eram variadas, as que eram possíveis no momento, e as que eu tinha coragem de fazer. Pedia dinheiro emprestado, pedia a secretária que imprimisse várias vezes até que ela disse que não poderia imprimir mais para mim, e algumas vezes fui muito cedo a casa de uma amiga para imprimir antes da aula. Já deixei também de ler várias coisas por não conseguir os textos. Quando não se tem dinheiro, o nível de organização e de antecipação das coisas que se exige é ainda maior. É preciso planejar tudo, e nem sempre isso é possível no ritmo frenético em que vivemos.

Uma vez, para fazer a prova de inglês obrigatória do mestrado, passei o maior sufoco. Eu não iria fazer a prova naquela ocasião porque tinha machucado o dedo indicador da mão

que escrevo, pois fechei a porta de um carro nele ao pegar uma carona na faculdade. Então, não tinha os textos base para a prova, que tinham que ser levados. Resolvi fazer a prova mesmo assim, para adiantar as coisas. Mas, naquele dia, não tinha nenhum dinheiro. As cópias ficavam menos de quatro reais. Era fim do mês e a situação em casa era complicada, não tinha o que comer. Estava em jejum, e meu namorado conseguiu chegar com um almoço para mim quando já não tinha mais tempo para comer. Pedi a uma colega o dinheiro emprestado para xerocar os textos e fui atrasada para a faculdade. Fiquei um bom tempo pedindo carona, mas consegui chegar a tempo. Fui fazer a prova sem comer nada há horas. Na hora de voltar para casa, outro sufoco. Consegui uma carona que ficava bem distante de minha casa. Tive que andar muito para lá chegar. Quando cheguei, percebi que havia esquecido as chaves na casa de minha colega para quem pedi o dinheiro emprestado. Tive que ficar esperando horas meu namorado chegar porque não tinha como falar com ele, não tínhamos crédito no celular. Só fui conseguir comer alguma coisa à noite. Mas alguém imagina que isso aconteceu para que fizesse uma simples prova? Acredito que não. Podem me questionar, por que você não falou, por que não me pediu ajuda? Já houve quem me disse recentemente a máxima que “ninguém que tenha acordado cedo e trabalhado duro, o dia todo, deixou de criar bem a sua família”, dizendo ainda ser este um belo ensinamento. Odeio máximas, e não acredito que elas reflitam as várias realidades de nossa sociedade. Sendo assim, retornando ao que expressa a máxima, nem sempre dá pra pedir ajuda. É ruim ter sempre que ficar devendo favor a alguém. Há momentos que a gente não está a fim disso. Até porque sempre fui bolsista, tanto no mestrado como agora no doutorado. Então, para algumas pessoas, está tudo certo. Mais ainda porque eu era bolsista no mestrado em uma turma que vários queriam e não conseguiram a bolsa. Então, eu era uma das ‘privilegiadas’.

Há várias pessoas que passam dificuldades neste ambiente sim. Mas não se costuma pensar muito no processo de se fazer as coisas, como comprar um livro, copiar um texto, imprimir um trabalho, lanchar nos intervalos da aula, almoçar quando se fica o dia inteiro na faculdade, ter internet em casa, ter um notebook e o simples deslocar de casa à universidade. Não tenho ainda biblioteca, nem que seja composta por meia dúzia de livros. Tenho apenas um livro, que tive que comprar no Doutorado.

Falando em notebook, por um bom tempo, não o tinha. E percebia o quanto isso fazia com que meu tempo não pudesse ser tão aproveitado. Além disso, eu era como a diferente por não tê-lo. Em uma disciplina de metodologia quantitativa, inclusive, fui bastante prejudicada por essa questão. Aprendíamos como utilizar o software SPSS para pesquisas e o acompanhamento era realizado nos notebooks. E, como o tempo era corrido, dificilmente chegava a minha casa e conseguia rever tudo o que foi aprendido no meu computador. Era mais fácil ignorar no ambiente da pós que nem todos tinham notebook ainda, mesmo que seu preço já estivesse mais acessível. Mas, pergunto, acessível a quem? Não a todos ainda. Ou, se o for, muitas vezes por meio de crediário e longas prestações que comprometem quem recebe pouco dinheiro para as despesas que tem que arcar. Comprei o notebook no fim do primeiro ano do mestrado. Ele não me acompanhou no período das disciplinas, apenas depois. E me ajudou muito, principalmente no cotidiano da minha casa, ampliando meus locais e formas de estudo. Mas até hoje ainda não o paguei todo, já que o comprei em parcelas. O que ainda devo não vale nada hoje para comprar um novo. Ou seja, teoricamente, eu me inseri no sistema. Mas a que custo? No doutorado hoje, as salas para estudo foram diminuídas para os alunos. Parece *taken for granted* que todos agora têm notebook e, como tem wireless no prédio, penso não considerarem ser muito problemática a redução das salas. As impressões hoje pra mim são mais tranquilas, pois meu atual programa disponibiliza impressora com tinta para isso. Facilita bastante, e acho que todos deveriam pensar nisso. Nem sempre é legal ter que ficar lendo tudo no computador já que não se pode imprimir tudo.

Percebo que para algumas pessoas a possibilidade de que, um dia, eu não tenha dinheiro para almoçar, não existe. Já apresentei vários seminários e fui várias vezes a aula passando dificuldades sérias em casa. Mas vejo que hoje isso só prejudicou minha saúde. Às custas dela, mesmo com todas essas dificuldades, fui uma das melhores alunas do Mestrado e consegui entrar no Doutorado em uma boa colocação. A cada elogio que recebia por seminários apresentados, artigos aprovados, resenhas escritas, eu me inseria mais ainda no sistema. Se sou uma boa aluna, se faço o que é esperado de mim e, principalmente, de uma bolsista, então, está tudo certo. Sinto que o processo envolvido nessas conquistas não importa.

Até o lado social pode ficar prejudicado neste ambiente se você se destoa da maioria. Muitos nem me conhecem direito. Não sabem como eu sou, do que gosto, mesmo o que comigo estudaram na pós-graduação. Não fui a vários encontros, confraternizações, festas, boates, barzinhos simplesmente porque não tinha dinheiro.

Tive problemas de saúde antes de entrar no Mestrado. E como não tinha plano de saúde adequado, gastei muito dinheiro e me endividei muito. Para comprar inclusive meu primeiro computador (*desktop*), na época da graduação, também foi assim. Eu precisava dele, passei bons anos dependendo sempre dos locais e horários dos computadores que na universidade eram disponibilizados. Como eu trabalhava durante o dia e estudava à noite, era muito difícil conciliar os horários. Além disso, o estado dos computadores disponibilizados não era bom. Comprei um por meio de empréstimo bancário, quando tinha 22 anos. Foi meu primeiro computador, sendo que fazia aulas de informática desde os 12 anos, quando já pedia computador para minha mãe, mas ela não podia comprar.

Quando cheguei ao Mestrado, minha bolsa então era toda para cobrir meu aluguel e gastos básicos e para pagar minhas contas. Não ter uma estrutura adequada ou alguém da família a quem recorrer quando as coisas apertam é muito complicado. Acredito que falta maior suporte a estudantes para cheguem aos níveis de estudo em que cheguei. É tido como certo que quem chega neste nível tem uma situação financeira razoável ou, se não, a bolsa é suficiente. Quando se chega a este nível, a necessidade de auxílio de familiares ou de amigos é muitas vezes o que pode nos salvar em algumas situações. Mas, quando a família não pode ajudar, conta-se com os amigos, e alguns deles me ajudaram muito. Nas primeiras semanas de integração do Doutorado, também fiquei de ‘galho em galho’, assim como no início do Mestrado. Fiquei em casa de uma ex-colega de trabalho e também fiquei no apartamento que já havia alugado sem que ele tivesse sequer chuveiro. Tudo isso pensando no futuro.

Para mim, é um privilégio receber para estudar. É assim que vi durante muito tempo minha situação, e é assim que as pessoas do meu convívio familiar enxergam. Acho ótimo. É mesmo um privilégio considerando nossa conjuntura social. Mas é preciso que as pessoas enxerguem que há mais além disso, há mais coisas em jogo do que simplesmente ter uma bolsa ou não ter, do que estar ou não fazendo Doutorado. Ter uma bolsa para quem tem alguma estrutura familiar mínima que seja e para quem não a tem é muito diferente. E mais, hoje vejo que não recebo para estudar simplesmente. Estou inserida em mecanismos que atendem a grandes interesses políticos, como aumentar a inserção internacional da pesquisa brasileira. O Brasil precisa formar professores e pesquisadores. Sendo assim, não apenas recebo para estudar, mas para produzir. A pressão é intensa e os interesses em jogo grandes, como atender às regras dos órgãos nacionais de pesquisa.

Atendendo a estes interesses maiores, atualmente, participar de congressos não é algo tão valorizado, já que a publicação definitiva de artigos em periódicos é o grande foco. Mas é preciso pensar na importância destes espaços para os que são iniciantes no campo acadêmico. Neles se tem a oportunidade de comunicar um trabalho, vê-lo sendo debatido, fazer contatos, ver o que está sendo pesquisado e conhecer os atores de seu campo. Muito do que sou hoje como pesquisadora se deve às experiências nestes congressos. Acredito que ficar ilhado (a) apenas no ambiente de seu programa de pós-graduação não é benéfico. Porém, o processo de

se participar dos mesmos tem se tornado algo cada vez mais complicado. Ao submeter um trabalho a determinado congresso, se lida com a incerteza da viabilidade, após sua aprovação, de ir apresentá-lo, já que se depende da liberação de verbas pelos programas. Ainda, é muitas vezes comum a liberação de ajudas de custo após a participação efetiva no evento. Será que todas as pessoas possuem mesmo reserva de dinheiro disponível para fazer as inscrições, comprar passagens e outras despesas mais, para só depois ser reembolsado? E sempre imperou nestes eventos que participei certo elitismo. Os preços para se participar são fora da realidade do país em que vivemos. Como gastar o equivalente a alguns salários mínimos para dois ou três dias de evento? Ao chegar uma vez ao primeiro dia de um desses eventos, chegamos com fome por volta de meio-dia e eu ia apresentar trabalho às quatorze horas. Nos arredores do hotel, havia restaurantes com preços que eu e minhas amigas não podíamos pagar. Na pressa, comemos um misto-quento borrachudo em um dos poucos quiosques que estavam abertos na praia. Cheguei lá no horário certinho para apresentar o trabalho. Para o sistema, está tudo certo, mesmo que eu não esteja bem alimentada.

Eu me sinto, por diversas vezes, uma *outsider* quando estou no ambiente da Pós-Graduação. Procuo não pensar muito sobre as dificuldades que tenho quando neste ambiente estou. Muitas vezes, ajo como se nada de errado estivesse acontecendo. Várias vezes, caí minhas experiências quando as pessoas reclamavam de coisas banais, ou diziam não conseguir dar conta de tudo que tinha que ser feito no mestrado ou doutorado por questões mais simples do que as minhas (mais simples na minha concepção, obviamente. Apesar das dificuldades é algo complexo, cada uma tem a sua particularidade). É preciso pensar que há pessoas diferentes e de diferentes condições sociais que conseguem chegar na pós-graduação, ainda que pessoas na minha condição sejam minoria. É comum ser única negra, ser única que já passou fome ou que já passou por processos lentos para simplesmente ler um texto. Quando falam de mim, muitas vezes não imaginam o que eu passei e passo para estar onde hoje estou. E é por acreditar que se precisa abrir espaço para outras pessoas como eu na pós-graduação, e dar melhores condições para as que nela já estão, que quero chamar atenção para o que se silencia neste ambiente.

Não quero me fazer de coitada. Cada ser humano tem seus problemas, limitações e caminhos a percorrer. Mas quero que minhas experiências sirvam para que se pense mais sobre as questões sociais no espaço acadêmico. É muito fácil no final estar tudo bonitinho, mas tudo o que já passei para estar onde estou hoje poderia ser mais ameno, caso estivesse em um contexto que fosse pensado para abarcar, de fato, diferenças e não meras diversidades. Pode-se pensar no atrevimento meu de querer ser doutora. Então, que eu aguente o tranco, certo? Que eu arque sozinha com as consequências de minha escolha, certo? Errado. Não quero depois passar em um concurso e ver meu salário sendo todo gasto com tratamentos de saúde. Preciso de mais tranquilidade e de mais paz para estudar. Por que o caminho não pode ser mais suave, além das já comuns pressões que um mestrando e doutorando vivem? Não basta nos dar bolsa de estudos, é preciso mais, as universidades e os programas precisam estar preparados para enfrentar outras realidades.

Até existem tentativas de considerar essas outras realidades. Sou inclusive assistida por uma fundação em minha atual universidade, destinada a alunos comprovadamente carentes. Quando comecei a ser assistida, tinha acesso a tratamento médico e dentário. No entanto, este acesso durou apenas alguns meses, pois ficou impedido para alunos de pós-graduação. Acho importante a existência e a atuação de tal fundação, mas questiono também seus limites e suas próprias percepções de que aluno precisa de maior assistência. Como aluna da pós-graduação, não tenho acesso a grande parte dos benefícios oferecidos pela fundação. Seria por que há interesses em reduzir, estatisticamente, a evasão de alunos da graduação? Será que há o conceito de que quando se chega à pós-graduação, não se precisa de apoio para obtenção de óculos, computadores, de apoio para participação em eventos ou de auxílio-

creche? Fui ao oftalmologista pela fundação, mas ainda não fiz os óculos com o grau indicado. Pensei que também teria o benefício que ela oferece aos graduandos, mas me enganei. Fui informada, inclusive, que fui a primeira doutoranda do curso de pós-graduação ao qual pertencço a ser classificada com o nível mais baixo de carência dentre as classificações da fundação.

Assim, em todo esse cotidiano, estou sempre me sacrificando e vivendo pelo futuro, o que me angustia muito. Para amenizar o que hoje vivencio, penso que estou chegando lá. O capital intelectual ainda não me deu capital econômico. E, com isso, espera-se muito, por muitas coisas. Que este amanhã comece a chegar. Eu preciso que ele chegue, e é preciso que ele chegue para que vários graduandos que sonham com a pós-graduação possam a ela ter acesso ou nela serem mais bem recebidos. Que eles não precisem ficar pensando em desistir, ou que pelo menos os motivos pelos quais pensem nessa desistência sejam mais especificamente relacionados ao estudo em si, e não ao que precisam enfrentar para ele terminar. Que o peso não esteja somente “nas costas” de quem deve se esforçar e não desistir, mas também “nas costas” de todo um sistema político, socioeconômico e educacional.

3. Notas de ensino

3.1. Objetivos de aprendizagem

O caso foi desenvolvido com os seguintes objetivos:

- Estimular nos alunos a reflexão acerca do conceito de lugar como não se restringindo apenas a uma dimensão física, mas também a uma dimensão social, simbólica e hierárquica e, nesse sentido, para/por quem os lugares da graduação e pós-graduação são construídos.
- Refletir a respeito do perfil de aluno que o ensino superior e a pós-graduação conseguem atrair e como este lugar pode não estar adequado às especificidades de alunos de baixa renda.
- Refletir a respeito de políticas necessárias não só para a inclusão de alunos de baixa renda no espaço da graduação e pós-graduação, mas para uma manutenção adequada destes alunos, reduzindo as dificuldades que os acompanham.

3.2. Utilização Recomendada

Este caso foi desenvolvido para ser utilizado em cursos de graduação e pós-graduação. Pode ser empregado preferencialmente em disciplinas gerais do curso de Administração e também em disciplinas relacionadas à gestão pública e gestão educacional. Mas sugere-se também sua aplicação em outros cursos, já que se trata de aspectos comuns a vários lugares da graduação e pós-graduação.

3.3. Obtenção dos dados

Os dados foram obtidos por meio de relatos pessoais. Não houve entrevista e sim relatos escritos livremente pela aluna em questão.

3.4. Questões para discussão

1. Pensando no lugar da graduação, de quem é este lugar?
2. Pensando agora no lugar da pós-graduação, de quem é este lugar?

3. Como gerar no espaço acadêmico discussões a respeito do perfil dos alunos da graduação e da pós para que tal aspecto não seja nele silenciado?
4. Se você fosse um gestor público, que medidas tomaria para ampliar o acesso de alunos de baixa renda na (1) graduação e (2) pós-graduação?
5. Seguindo a mesma linha da questão anterior, quais seriam políticas necessárias, após o acesso desses alunos, para sua manutenção no lugar da (1) graduação e (2) pós-graduação para as especificidades dos alunos de baixa renda?
6. Por fim, baseando-se na noção de lugar como algo transcendente à dimensão física, reflita especificamente a respeito do seu próprio lugar de estudo. Em sua opinião, qual é o perfil de aluno que nele se espera encontrar? Construa um perfil baseado em sexo, faixa etária, condição sócio-econômica, estado civil, filhos, orientação sexual, origem de escola pública ou privada e outros aspectos que julgarem necessários.

3.5. Técnicas didático-pedagógicas

Os alunos devem previamente fazer a leitura do caso. Preferencialmente, na própria sala de aula, para que se garanta certo estranhamento ao se depararem com a problemática em questão e não tenham tempo de ir à aula com noções já pré-concebidas da questão. Mas, caso não haja tempo suficiente, e tal leitura prejudique o tempo total para execução do caso, a mesma pode ser realizada antes da aula.

No começo da aula, antes que o caso seja distribuído, pode-se solicitar aos alunos que se dividam em grupos com os quais acreditam que tenham características pessoais mais similares. Os critérios para divisão podem ser decididos em conjunto com a própria turma, como sexo, faixa etária, condição sócio-econômica, estado civil, filhos, orientação sexual, origem de escola pública ou privada e outros. Tais critérios podem também ser definidos pelo próprio (a) professor (a) adequando-se às especificidades do curso e do contexto de aplicação do caso. Tal divisão teria o objetivo de fazer com que os alunos possam refletir a respeito de quem pertence ao seu próprio local de estudo, mesmo que referente a uma única sala de aula. E, assim, refletir também se pertence ao perfil mais hegemônico ou não de alunos.

Após tal divisão, o caso pode ser distribuído. Para sua execução, sugere-se que se mantenha essa divisão para que o caso seja resolvido em grupos. Se houver um grupo com quantidade muito superior aos outros, este pode ser novamente distribuído entre si. Mantendo-se essa divisão, estimula-se o pensar interligado ao grupo ao qual se vincula e também a geração de respostas às questões que sejam oriundas de diferentes perspectivas.

Definido um tempo para resolução do caso, parte-se para a discussão de cada uma das questões, em que cada grupo apresenta o seu ponto de vista. O professor intervém ao longo do debate. Ao final, sintetiza e faz um balanço do que foi discutido e pode apresentar o seu posicionamento.

O professor precisa estar ciente de que não há respostas prontas e muito definidas para as questões que foram propostas, principalmente para as referentes a políticas públicas. O grande objetivo é estimular a reflexão dos alunos e fazer com que eles pensem a respeito de questões que fazem parte de seu cotidiano e que, muitas vezes, são silenciadas. Retomar para a discussão aspectos das experiências relatadas pela doutoranda é importante para contribuir com o debate. Trazer, ao final, dados estatísticos do perfil de alunos da escola/faculdade/universidade (e/ou do curso) em que se aplica o caso pode ser interessante para apresentar o cenário do lugar específico do qual fazem parte. Porém, caso se opte por apresentar tais dados, não se deve fazê-lo antes que os alunos exponham no debate suas respostas para as questões.

3.6. Breve revisão sobre a concepção de lugar

A concepção de lugar que se adota e para a qual se quer chamar a atenção neste caso é a de lugar como algo transcendendo ao aspecto geográfico e físico. Segundo Castrogiovanni (2007), o lugar é uma parte do espaço que é apropriado de vida, que possui identidade, sendo um produto humano que é produzido e reproduzido na relação entre o indivíduo e o coletivo. O lugar pode ser entendido, nesse sentido, como uma dinâmica construída socialmente e não uma representação estática do mundo natural (DASKALAKI; STARA; IMAS, 2008). Pode-se dizer ainda que representações e símbolos é que transformam o espaço em um lugar (FANTINEL; CAVEDON, 2010). Nessa concepção, o lugar possui características físicas e não físicas (STEPHENSON, 2010). Ele é uma personificação, um meio de vida (DASKALAKI; STARA; IMAS, 2008) e um produto social (SPINK, 2001), “é onde se enraizam as experiências; territorialidade e identidade” (SPINK, 2001, p. 16).

O objetivo do estudo de caso não é, assim, um foco nos elementos estruturais e morfológicos do lugar, mas sim em seus aspectos sociais. Nesse sentido, Augé (1994) adota o termo lugar antropológico como uma construção concreta e simbólica do espaço que envolve as vicissitudes e as contradições da vida social, possuindo um sentido para aqueles que o habitam e inteligibilidade para quem o observa. O autor atribui três características ao lugar:

- a) identitário, já que representa para as pessoas nele ocupadas um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições;
- b) relacional, pois é um espaço existencial e experiencial;
- c) histórico, já que são lugares de memória e de conteúdo simbólico.

A relação do lugar com a identidade dos indivíduos é significativa, pois nele há uma dinâmica simbólica que se baseia no senso coletivo e os indivíduos atribuem significados e constroem identidade local (SARAIVA, CARRIERI, 2010). Os indivíduos dão sentido aos espaços que ocupam por meio de práticas e processos de identificação, que são atributos culturais e simbólicos (RICHARDSON, JENSEN, 2003).

Além de sua relação com a identidade, o lugar também guarda relações com a noção de território. Quando se fala do ‘meu lugar’, do ‘seu lugar’, ‘nosso lugar’ etc. fala-se do território do indivíduo. Como diz Spink (2001, p. 16), é o “lugar da gente”. Os questionamentos presentes neste caso possuem também pretensões de que se pense no lugar nesse sentido de pertencimento, como intrínseco à noção de território e de identidade.

Quando se pensa em um lugar como a pós-graduação, por exemplo, pode-se lidar com a existência de estereótipos relativos a esse lugar e as pessoas que o ocupam. É o que se chama de imagens-lugar, que são simplificações e rotulagens que se tornam maneiras de atribuir significado a um lugar (RICHARDSON; JENSEN, 2003). Além disso, a própria atribuição à pós-graduação de determinado perfil de aluno diz respeito também ao fato de que os espaços são construídos por meio de lutas de poder e conflitos de interesse (RICHARDSON; JENSEN, 2003). Sendo assim, o discurso sobre o perfil de aluno que se encontra é ele próprio fruto de lutas discursivas, as quais são fundamentais para a construção social dos espaços (RICHARDSON; JENSEN, 2003).

As implicações desta noção para o caso em si é que pensar qual é o perfil de aluno que se encontra na graduação e na pós-graduação diz respeito não somente a dados estatísticos em si, por exemplo, mas ao atendimento de interesses explícitos e implícitos de quem define as “regras do jogo”. Nesse sentido, cabe a reflexão de qual é o perfil que de fato se encontra neste lugar e para quem o mesmo é construído. Pois há relações de poder que se expressam nas estratégias, discursos e configurações institucionais (RICHARDSON; JENSEN, 2003) dos espaços acadêmicos. Aktouf, por exemplo, afirma que “mais de 90% dos estudantes das escolas de administração são filhos de famílias abastadas e mais de 50%, filhos de homens de negócios, dirigentes ou altos funcionários de empresas (AKTOUF, 2005, p. 151). Se este pode ser o perfil hegemônico, será que é o único? O relato de caso vem justamente demonstrar que

não é só este perfil que pode chegar à graduação e pós-graduação em Administração e que estes lugares podem não ter sido construídos para se adequarem a outras realidades. Assim, cabe problematizar como ampliar não só o acesso desses outros perfis, mas também sua manutenção nestes lugares, fazendo com que suas experiências neles não sejam estimuladoras de desistências e nem causadoras de muitos percalços.

3.7. Análise do caso

Para cada uma das questões, seguem algumas sugestões para análise, considerando ainda a pertinência de se retomar aspectos relatados e discutidos pela doutoranda no relato não só como um suporte para as análises, mas principalmente como exemplos de questões cotidianas que precisam ser consideradas.

1. Pensando no lugar da graduação, de quem é este lugar?

Nesta questão, sugere-se que se deixe a turma livre para pensar e opinar a respeito. São exatamente as respostas que indicarão a visão que se tem acerca do pertencimento do lugar da graduação. Dadas as respostas dos alunos, a turma pode debater a respeito com a mediação do professor, que deve assumir uma postura provocativa diante das colocações dos alunos. Durante todo o momento da discussão, é importante que o professor problematize a questão do lugar da forma como é apresentada na breve revisão da literatura, pois ela é central para o entendimento das discussões e das pretensões deste estudo de caso. Simbolicamente, por quem e para quem o espaço da graduação é construído?

2. Pensando agora no lugar da pós-graduação, de quem é este lugar?

Os autores sugerem a mesma estratégia de abordagem da questão 1.

3. Como gerar no espaço acadêmico discussões a respeito do perfil dos alunos da graduação e da pós para que tal aspecto não seja nele silenciado?

É necessário criar toda uma rede discursiva que se proponha a discutir o perfil dos alunos que se encontra e que se espera no ambiente acadêmico. Para tanto, é necessária uma mobilização dos dirigentes, professores e alunos das universidades, sejam elas públicas ou privadas. Tal mobilização pode se dar por discussões, reuniões, debates, convites a redações sobre a temática e proposição de trabalhos acadêmicos que versem sobre a questão. Pois se trata de uma luta por ressignificação dos lugares.

Sendo o lugar uma construção social, tal ressignificação se torna necessária para que se mantenham novos perfis de alunos nestes ambientes. Por meio dessa micro-mobilização, sugere-se que a questão ultrapasse as fronteiras da universidade e que possa chegar também ao poder público. Campanhas podem ser feitas, nesse sentido, com o objetivo de ressignificar esses territórios. A noção de território está justamente vinculada ao lugar como cenário de lutas políticas e lutas por ressignificação. Por este motivo, se torna importante nesta discussão.

Pensar também que a própria dinâmica dos lugares apresenta diferentes possibilidades para as pessoas é importante para a discussão. Sendo identitário, como vimos, representa para as pessoas um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições. Um mesmo lugar pode ser um lugar de usufruir e um lugar de restrições. Nos relatos da doutoranda, por exemplo, sua experiência nos congressos demonstra como estes podem representar espaços para serem usufruídos por alguns, e espaços de restrições para outros. Nesse sentido, é necessário

estimular não só uma discussão sobre os perfis dos alunos, mas para que perfil estes lugares têm sido construídos.

Ainda, é importante problematizar que a própria inserção, nesses lugares, de grupos culturais que foram historicamente excluídos faz com que novos sentidos sejam produzidos, o que provoca efeitos nas identidades culturais e fomenta negociações culturais, sendo que as próprias identidades ou diferenças culturais são resultantes de contínuos processos de negociação cultural (BHABHA *et. al.*, 2001). Dessa forma, o próprio acesso de novos perfis ao ensino pode provocar, por si só, algumas mudanças discursivas.

4. Se você fosse um gestor público, que medidas tomaria para ampliar o acesso de alunos de baixa renda na (1) graduação e (2) pós-graduação?

Em primeiro lugar, o papel que a universidade pode representar para a inclusão social desses grupos precisa ser ressaltado. Saraiva e Nunes (2011, p. 942) citam o papel das universidades “na inclusão, promoção da participação e da independência das pessoas com necessidades educacionais especiais e dos demais grupos minoritários” como afrodescendentes, indígenas, mulheres e grupos menos favorecidos relativamente ao aspecto financeiro. No entanto, ainda que a importância da educação para o desenvolvimento da sociedade e do país seja destacada (BARBOSA, 2002), ainda é significativo o número de pessoas que não conseguem acesso a uma educação adequada e muitos são ainda excluídos da educação superior (SARAIVA; NUNES, 2011).

De acordo com Saraiva e Nunes (2011), os debates entre a sociedade e o governo federal sobre melhorias na educação, especialmente no nível superior, já ocorriam na década de 90, dentre os quais os que tratavam da política de cotas nas universidades públicas. Ao trazer este debate para a sala de aula, invariavelmente algumas políticas podem vir à tona na discussão, como a política de cotas, o ProUni e o Fies. Tal discussão é importante porque, na análise desta questão, há que se destacar o papel de programas sociais não só no acesso como na manutenção de alunos de baixa renda (e outras condições) na graduação. Ainda, é importante destacar que tais programas mais conhecidos se atêm ao nível da graduação, e que políticas para acesso à pós-graduação também poderiam ser pensadas. O investimento na graduação é importante, já que é o nível que antecede a pós-graduação, mas possivelmente não é suficiente para estimular nos alunos uma continuidade nos estudos. Nesse sentido, cabe ao professor incitar uma discussão sobre a efetividade dos programas sociais até então desenvolvidos e indicar possíveis caminhos para que os mesmos se tornem mais efetivos ou para a implantação de novas políticas sociais.

O ProUni – Programa Universidade para Todos – foi lançado em 2004 pelo governo federal para ampliar o acesso a pessoas de baixa renda nas universidades. “O programa oferta, por intermédio de parcerias com instituições de ensino particulares, bolsas que cobrem integral ou parcialmente os custos das mensalidades” (SARAIVA; NUNES, 2011, p. 943) em universidades particulares, oferecendo às mesmas “abatimentos tributários no imposto de renda das pessoas jurídicas, na contribuição social sobre o lucro líquido, na contribuição social para financiamento da seguridade social e na contribuição para o programa de integração” (SARAIVA; NUNES, 2011, p. 943).

Outra política, a de cotas, se destina a alunos portadores de necessidades especiais, afrodescendentes e indígenas, sendo que as vagas são distribuídas de acordo com a proporção desses três grupos em cada estado (SARAIVA; NUNES, 2011). Há também o Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que é “um programa do Ministério da Educação destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação” (MEC, 2011). Também pode ser discutido o ReUni, por meio do qual houve uma ampliação de cursos e de instituições.

Na literatura, podem ser encontrados trabalhos que discutem a efetividade desses programas sociais. Discutida tal efetividade, pode-se pensar em caminhos para solucionar os problemas encontrados. Como relatado neste plano de ensino, não se pretende dar respostas ou soluções prontas para as questões, mas sim estimular a reflexão dos alunos sobre as temáticas.

5. Seguindo a mesma linha da questão anterior, quais seriam políticas necessárias, após o acesso desses alunos, para sua manutenção no lugar da (1) graduação e (2) pós-graduação para as especificidades dos alunos de baixa renda?

A análise desta questão se apresenta integrada à análise da questão anterior, pois os mesmos programas sociais direcionados à ampliação do acesso de população de baixa renda na graduação e na pós-graduação precisam ser pensados de forma a efetivar a continuidade destes alunos nos estudos. Nesse sentido, cabe, antes de se pensar quais seriam as políticas necessárias, aprofundar o entendimento do setor público a respeito do cotidiano desses alunos na educação superior, de modo a revelar suas particularidades, diferentes facetas, benefícios e dificuldades que possam prejudicar seu desempenho ou impedir sua continuidade. Ainda, já que se fala em pós-graduação, estudos mais aprofundados acerca das condições e aspirações destes alunos ao longo da graduação são importantes para que se pense nas possíveis limitações de seu acesso à pós-graduação. Se há uma necessidade desses alunos em ir para o mercado e garantir sua sobrevivência, é necessário que se pense formas para que ele possa continuar seus estudos, mesmo com tal necessidade.

Nesse sentido, as bolsas de estudos aparecem como uma das ferramentas mais utilizadas e interessantes nesse processo, sejam elas bolsas que apenas custeiam mensalidades de cursos ou bolsas que de fato apresentam fonte de renda para os alunos se manterem, estas últimas mais comuns na pós-graduação *Stricto sensu* de universidades públicas.

A problemática em torno das bolsas, porém, aparece explícita nos relatos da doutoranda. Em sua opinião, não é suficiente que se pense apenas nestas bolsas para dar o suporte necessário aos alunos, o que deve ser discutido pelo professor. Assim, há toda uma rede de serviços educacionais que precisam estar preparados para a satisfação das necessidades desses alunos, já que há um risco, ressaltado por Mancebo (2004), de que se apele para o simples assistencialismo.

Mas, apesar de toda essa discussão que gira em torno dos programas sociais para acesso e manutenção de alunos de baixa renda, uma questão é crucial para o entendimento dos alunos acerca dos questionamentos aqui presentes. Há uma dinâmica simbólica envolvida nos lugares e no sentido de pertencimento a ele que se atribui ou não a determinados grupos sociais. Nesse sentido, cabe também toda uma mobilização para que se altere o significado que se atribui a estes lugares, como pertencendo não somente a um perfil hegemônico de alunos. Ou seja, não adianta apenas ampliar programas sociais direcionados à inclusão de alunos de baixa renda, mas todo o discurso envolvido no e com o lugar da graduação e da pós-graduação precisa ser alterado para que se pense em outras realidades e se adeque as condições estruturais dos mesmos para que estes alunos também possam vê-los como “seus lugares”. Nesse sentido, pensar de forma interligada com esta questão o que foi discutido na questão 3 também é importante. Além disso, a própria mobilização dos grupos minoritários pode ser um posicionamento importante neste processo¹.

Assim, os próprios programas sociais precisam ser pensados não apenas para o acesso e permanência desses alunos, mas para a própria ressignificação do lugar acadêmico. Nesse sentido, a crítica que Catani, Gilioli e Hey (2006) fazem ao ProUni nos parece pertinente e frutífera para a discussão. Os autores criticam o programa por este promover uma política de acesso que não se preocupa com a permanência do estudante, já que é orientado pela

concepção de assistência social e oferece benefícios e não direitos aos bolsistas. Esse é um aspecto que merece atenção porque se os alunos estão sendo incluídos sob a égide de bolsistas ou “filhos do Lula”ⁱⁱⁱ corre-se o risco de que sua entrada, simbolicamente, pareça menos legítima para os demais alunos. A marca de ter entrado na graduação e/ou na pós por intermédio de programas sociais, nesse sentido, pode ser dificultadora para o senso de pertencimento desses indivíduos e o reconhecimento desse pertencimento por seus próprios pares.

Torna-se necessário que os programas sociais ultrapassem o nível do simples assistencialismo para o nível de garantia de direitos (e não somente benefícios) para os alunos e que os discursos nele envolvidos tentem reforçar exatamente este caráter de direito. Ainda, planejar o lugar da graduação e da pós de forma adequada às especificidades desses alunos permite com que se enxerguem tais lugares como a eles também pertencentes, e não um lugar de restrições, ou um lugar no qual são somente uma minoria.

Possivelmente, se tais aspectos fossem considerados, os relatos da doutoranda sobre sua trajetória na graduação e especialmente na pós-graduação pudessem ser menos reveladores das sérias dificuldades que ainda acompanham os estudantes de baixa renda que pelo ambiente acadêmico se “aventuram”. É preciso que eles não estejam apenas se aventurando, mas também transitando por espaços que para eles possam ser de fato relacionados à sua própria identidade.

6. Por fim, baseando-se na noção de lugar como algo transcendente à dimensão física, reflita especificamente a respeito do seu próprio lugar de estudo. Em sua opinião, qual é o perfil de aluno que nele se espera encontrar? Construa um perfil baseado em sexo, faixa etária, pertencimento racial, etnia, condição sócio-econômica, estado civil, filhos, orientação sexual, origem de escola pública ou privada e outros aspectos que julgarem necessários.

Esta última questão é basicamente no intuito de, além de estimular uma reflexão mais localizada no contexto de atuação dos alunos, ampliar a reflexão dos mesmos para questões além da própria condição sócio-econômica. Ou seja, após toda a discussão que se realiza em torno dos alunos de baixa renda, a questão é colocada para que se reflita que a questão sócio-econômica é apenas uma ponta em um *iceberg* se formos considerar todas as dimensões sociais envolvidas na simples questão “a quem pertence o lugar da graduação e da pós-graduação”.

A questão tem o objetivo de reforçar as discussões anteriores, mas também terminar o estudo de caso incitando novas problemáticas para a reflexão dos alunos. Se o(a) professor(a) desejar, pode, ao final da discussão das respostas apresentadas pelos alunos, apresentar dados que indiquem o perfil de alunos do curso e/ou escola/faculdade/universidade em que atua, dados estes que podem ser levantados nas próprias instituições.

Referências bibliográficas

AKTOUF, O. Ensino de Administração: por uma pedagogia para a mudança. **O&S**, v. 12, n. 35, p. 151-159, out./dez. 2005.

BACKES, J. L. . O acesso das classes populares à universidade: implicações para a construção de sua identidade cultural. In: 29 ANPED, 2006. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2006. p. 1-13.

BARBOSA, M.M. A inclusão e a diversidade no ensino superior. **Educação e Mudança**, Anápolis, n. 9/10, p. 15-29, jan./dez. 2002.

BHABHA *et al.* O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 395 p.
CASTROGIOVANNI, A. C. Lugar, no-lugar y entre-lugar: los ángulos del espacio turístico. **Estudios e Perspectivas en Turismo**, v.16, p. 5-25, 2007.

CATANI, A.M.; GILIOLI, R.S.P.; HEY, A.P. ProUni: democratização de acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, n. 28, p. 125-140, 2006.

DASKALAKI, M.; STARAB, A; IMAS, M. The ‘parkour organisation’: inhabitation of corporate spaces. **Culture and Organization**, Abingdon, v.14, n. 1, p. 49-64, Mar. 2008.

FANTINEL, L. D.; CAVEDON, N. R. A cultura organizacional do restaurante chalé da praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. **RAM**, v. 11, n. 1, p. 65-91, jan./fev. 2010.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papyrus, 1994. 111 p.

MANCEBO, D. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 845-866, out. 2004.

MEC. **Fies – apresentação**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=303&id=198&option=com_content&view=article>. Acesso em 06 nov. 2011.

RICHARDSON, T.; JENSEN, O. B. Linking discourse and space: towards a cultural sociology of space in analyzing spatial policy discourses. **Urban Studies**, v. 40, n. 1, p. 7-22, Jan. 2003.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir de um caso. In: ENEO, VI, 2010. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.

_____.; NUNES, A. S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do PROUNI. **RAP**, v. 45, p. 941-964, 2011.

SPINK, P. O lugar do lugar na análise organizacional. **RAC**, Curitiba, v. 5, ed. Especial, p. 11-34, 2001.

STEPHENSON, J. People and place. **Planning Theory & Practice**, v. 11, n. 1, p. 9-21, Mar. 2010.

ⁱ Um exemplo interessante de como a mobilização da sociedade pode estimular a entrada e a permanência de grupos menos privilegiados nas universidades é o movimento negro intitulado Projeto Negraeva, desenvolvido em Campo Grande/MS. O movimento promove a mobilização, discussão, o sentimento de pertencimento racial e a inclusão de seus integrantes no ensino superior (BACKES, 2006).

ⁱⁱ “Filhos do Lula” é a expressão que, segundo um bolsista do ProUni, se ouve em piadinhas dos pagantes em relação aos bolsistas de uma IES situada em MG, em entrevista realizada por Saraiva e Nunes (2011), ao discutirem a efetividade de programas de acesso à educação superior por meio de entrevistas com bolsistas do programa.